

A Gestão da Escola Pública de Ensino Fundamental e a Interação entre estas Instituições e a Diversidade Socioeconômica e Cultural das Crianças

*Maria Ruth Siffert Diniz Teixeira Leite
Vanda Catarina Duarte*

Resumo

A evolução do sistema educacional nos países ocidentais, ao longo das últimas quatro décadas, caracteriza-se pela tendência à universalização do ensino fundamental. No Brasil, o principal objetivo das mudanças verificadas a partir dos anos noventa é a tentativa de corrigir, mesmo que parcialmente, o padrão histórico de exclusão, de desigualdades e de baixos níveis de eficácia do sistema escolar público. A Constituição de 1988 e as recentes alterações na legislação nacional - promulgação da nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB/1996) e a criação do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação e de Valorização do Magistério (FUNDEF, 1997) - redimensionaram as diretrizes norteadoras das políticas públicas direcionadas ao ensino fundamental no país, através de propostas voltadas para a democratização e a valorização da escola pública. A nova legislação institucionalizou a aceitação da diversidade socioeconômica e cultural das crianças e o pluralismo de concepções pedagógicas. O objetivo deste trabalho é analisar como as instituições públicas de ensino fundamental estão se adequando para lidar com a diversidade socioeconômica e cultural dos alunos, a partir do novo modelo de gestão escolar instituído pela legislação vigente, e como tem ocorrido o atendimento às crianças provenientes de famílias de situação desfavorável e que apresentam dificuldades de aprendizagem.

A evolução do sistema educacional nos países ocidentais, ao longo das últimas quatro décadas, caracteriza-se pela tendência à universalização da educação de nível fundamental e da busca pelo aumento da eficácia do sistema escolar.

No caso brasileiro, os esforços têm sido desenvolvidos na tentativa de corrigir, parcialmente que seja, o padrão histórico de exclusão, de desigualdades e de baixos níveis de eficácia do sistema escolar público. Ao longo da década de 80, as lutas de vários movimentos comprometidos com a educação pública (profissionais do ensino, sindicatos e partidos políticos) envolveram-se profundamente no processo de redemocratização do país e nos fóruns que estabeleceram propostas para a constituinte, alcançando resultados importantes no arcabouço legal vigente no país desde o final da década de 80.

O grande desafio do setor público no Brasil passou a ser, a partir do final da década de 90, o de tentar conseguir reverter as tendências de exclusão e/ou desigualdade verificadas ao longo do processo de desenvolvimento do país, através da regulação e da melhoria da qualidade dos serviços prestados à população. Num contexto de desenvolvimento desigual, como é o caso do Brasil, a educação ganha destaque, uma vez que é vista por analistas e agentes sociais como base fundamental de redução de diferenças.

As maiores dificuldades enfrentadas pela escola pública, até então, eram, sob o ponto de vista da gestão escolar, a manutenção dos prédios escolares precários, a escassez de recursos para a capacitação de professores, entre outros. Com relação ao modelo pedagógico, os maiores problemas verificados eram a ineficácia do sistema de ensino, que produzia o fracasso escolar (traduzido pelo elevado índice de repetência e pela evasão) e a rigidez da estrutura curricular, imposta de cima para baixo, que não contemplava a diversidade do alunado.

A reformulação proposta para o modelo educacional brasileiro teria reflexos imediatos no modelo de gestão escolar, que passaria a contemplar aspectos que deveriam preparar a escola para que se tornasse uma instituição capaz de incorporar a diversidade sociocultural das

crianças, auxiliando-as a vivenciar culturas diferentes, facilitando-lhes o domínio de outros costumes e formas de pensamento.

No sentido de tornar a gestão escolar mais flexível e democrática e as práticas pedagógicas mais adequadas, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), promulgada em 1996, instituiu inovações nos procedimentos pedagógicos e na forma de gerir as unidades escolares, estabelecendo os novos parâmetros que iriam direcionar o sistema educacional a partir da segunda metade dos anos 90, dentre eles: organização do currículo por temas, processos pedagógicos mais eficazes, maior autonomia administrativa e financeira da escola, redefinição do sistema de avaliação interna do rendimento escolar, investimentos na formação continuada dos professores, programas de “aceleração da aprendizagem” (aulas de reforço em turnos alternativos ao do período letivo. As demandas por gestões escolares eficazes, pela eliminação da repetência e evasão e pela universalização do ensino fundamental com qualidade foram acrescentadas às de descentralização e à democratização da educação. Em meados da década de 90, ao emergir um novo modelo educacional com base nos princípios emanados da legislação vigente no Brasil, institucionalizou-se a aceitação da diversidade socioeconômica e cultural das crianças nas escolas e do pluralismo de concepções pedagógicas. Os desafios do sistema educacional passam a ser a busca por melhor qualidade, maior equidade e por transformações de procedimentos que possibilitassem a oferta de um ensino público capaz de compensar, pelo menos parcialmente, as dificuldades decorrentes de ambientes familiares pouco propícios a investimentos simbólicos e materiais sistemáticos e consistentes, na escolarização das novas gerações. Para tanto, a instituição escolar é concebida com o objetivo de desempenhar um papel mais ativo, oferecendo o apoio necessário às crianças e aos adolescentes provenientes de famílias situadas em posição socioeconômica mais desvantajosa.

Procura-se demonstrar aqui, através dos dados da pesquisa *Descentralização, eficiência e equidade no ensino fundamental*ⁱ que, o modelo de gestão adotado, as condições físicas e, principalmente, o tipo de apoio pedagógico oferecido podem ser fatores facilitadores do processo de aprendizagem na escola e que crianças provenientes de ambientes familiares desfavoráveis poderão apresentar desempenho escolar satisfatório, desde que frequentemente instituições adequadamente gerenciadas e equipadas. Escolas com tais características poderiam auxiliar crianças a superar dificuldades e carências típicas do contexto em que vivem e terem oportunidade de acesso à escolarização de qualidadeⁱⁱ.

Os dados da pesquisa aqui utilizados são os coletados nos municípios de Montes Claros e Januária (Minas Gerais). Para caracterizar a situação educacional desses municípios foram utilizados dois conjuntos de indicadores: o primeiro refere-se à população em idade escolar e tem como base estatísticas oriundas dos levantamentos do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) que, no trabalho realizado pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) e Fundação João Pinheiro (FJP), foram sintetizados no ICV-Educaçãoⁱⁱⁱ; o segundo descreve parcialmente as condições de oferta da rede pública através de indicadores elaborados com dados sobre a rede pública de ensino fundamental de cada município, o que possibilita caracterizar a oferta (matrícula) e a eficiência (abandono e reprovação) do setor educacional nas localidades pesquisadas.

Os indicadores educacionais e os sobre condições de vida mostram que Montes Claros, historicamente, é um município que oferece situação menos desvantajosa e uma rede de educação pública com níveis de cobertura mais aceitáveis do que Januária (Leite, 2001, p.59-75).

Conforme a literatura sobre adequação do espaço físico e equipamentos disponíveis nas escolas e sua relação com o nível de aprendizagem de seus alunos, tem-se que as condições de funcionamento do prédio onde são desenvolvidas as atividades escolares podem

interferir no aprendizado dos alunos: prédios limpos que recebam manutenção (hidráulica e elétrica) periódica, equipados de recursos materiais e pedagógicos (livros, biblioteca, aparelhos de vídeo e televisão, computadores), espaço próprio para a prática do esporte e lazer, refeitório, salas de aulas arejadas e espaçosas com o mobiliário necessário, em boas condições de uso e em número suficiente seriam alguns componentes que podem ser considerados fundamentais para garantir um ambiente físico adequado para o desenvolvimento das atividades escolares.

As condições físicas oferecidas pelas escolas da amostra puderam ser avaliadas através de índices elaborados a partir dos dados dos questionários utilizados na pesquisa^{iv}: verificou-se que, com relação ao *índice de infraestrutura dos prédios*, as escolas situadas em Montes Claros estão melhor qualificadas sendo que, numa escala de 0 a 26, todas elas estão pontuadas acima de 20 pontos. Já em Januária, das seis escolas pesquisadas, quatro obtiveram pontuação abaixo de 20 pontos, considerando-se a mesma escala. Quanto ao *índice do estado de conservação das condições das salas de aula*, os dados obtidos indicam que as escolas da amostra apresentam-se em boas condições para o desenvolvimento das atividades pedagógicas. Numa escala de 0 a 17, apenas uma delas, situada em Januária, está classificada abaixo de 10 pontos. Duas escolas da amostra apresentam pontuação máxima, ou seja, 17 pontos; uma no município de Montes Claros e outra situada em Januária. As escolas situadas em Januária aparecem, também neste índice, como as de piores condições da amostra. Com relação ao *índice dos equipamentos disponíveis nas escolas*, percebe-se que, de uma maneira geral, as escolas pesquisadas não contam com vários dos equipamentos que poderiam auxiliar o processo de aprendizagem, como aparelhos de televisão, aparelhos de vídeo em número suficiente e computadores disponíveis para os alunos. Pelo cálculo do índice, numa escala de 0 a 11, a pontuação mais alta de toda a amostra foi 8 pontos, obtida por uma das escolas situadas em Montes Claros; a maioria das escolas apresenta pontuação entre 6 e 7 (cinco escolas) e uma escola obteve pontuação 0 (zero). O resultado do cálculo do índice demonstra que, com relação a este aspecto, tanto as escolas situadas em Montes Claros quanto as situadas em Januária encontram-se em igualdade de condições, havendo escolas com melhores e piores índices nos dois municípios, mas ao ser considerado o conjunto das escolas da amostra, verifica-se que as instituições situadas em Montes Claros oferecem melhores condições físicas, situação que tem sido reiterado pela literatura: os dados sobre condições de vida e renda levantados pela pesquisa mostram que o município de Montes Claros apresenta situação mais favorável do que Januária.

Além da constatação acima, é importante examinar o tipo de clientela atendida em cada escola e o desempenho dos alunos da amostra pesquisada nos testes de Português e Matemática aplicados pela equipe da Escola de Governo da Fundação João Pinheiro. De acordo com as pesquisas educacionais realizadas nas últimas quatro décadas, a situação socioeconômica e cultural do ambiente familiar é identificada como um dos fatores que poderia interferir no desempenho escolar da criança. Uma das possibilidades para reverter minimamente o caráter perverso do círculo das desigualdades é que o estabelecimento escolar possa suprir, ao menos parcialmente, as deficiências do ambiente familiar. Nos termos em que o problema está sendo examinado aqui, a compensação mínima seria que alunos com piores condições socioeconômicas familiares e com resultados menos adequados nas provas estivessem sendo atendidos por escolas melhor equipadas.

Para explorar essa possibilidade foi analisada a distribuição da situação socioeconômica dos alunos de cada escola, possível de ser caracterizada através dos dados obtidos nos questionários respondidos pelos familiares das crianças. De acordo com esses dados, foi construído o *índice de situação socioeconômica dos alunos*^v e, a partir dele, foram calculadas as faixas de referências possibilitando classificar cada uma das famílias nos níveis

baixo, médio e bom. Para o cálculo das faixas de referência foram definidos pontos de corte da distribuição amostral dos índices socioeconômicos (quadro 1) utilizando-se o percentil de 33% de modo que cada faixa de referência contemplasse 1/3 das famílias em estudo.

Quadro 1
Percentis da distribuição amostral dos índices socioeconômicos dos alunos

Índice	33%	66%
SSE	-0,73	0,27

Desta forma, as três faixas de referências são as seguintes:

faixa 1: $x \leq -0,73$, indicando situação socioeconômica *baixa*; *faixa 2:* $-0,73 < x \leq 0,27$, indicando situação socioeconômica *média* e *faixa 3:* $x > 0,27$, indicando situação socioeconômica *boa*.

A amostra consta de 234 crianças que, de acordo com o *índice de situação socioeconômica*, foram classificadas da seguinte maneira

Quadro 2
Distribuição amostral dos índices socioeconômicos dos alunos

<i>Baixo</i>	<i>Médio</i>	<i>Bom</i>
77 (32,9%)	78 (33,3%)	79 (33,8%)

Os dados do cruzamento entre situação socioeconômica e desempenho dos alunos nos testes de Português indicam que cerca de 47% das crianças de situação socioeconômica *baixa* apresentaram desempenho *fraco* e somente 18% dos alunos nas mesmas condições apresentaram *bom* desempenho (tabela 1). A distribuição se inverte quando se analisa o desempenho das crianças oriundas de famílias de *boa* situação socioeconômica: 18% dessas crianças apresentaram desempenho *fraco* em Português enquanto 55% obtiveram *bons* resultados nos mesmos testes. Com relação aos testes de Matemática, 59% das crianças provenientes de situação socioeconômica *baixa* tiveram desempenho *fraco*, sendo que somente de 5% desses alunos obtiveram resultados considerados *bons* (tabela 2). Similarmente ao que ocorreu em Português, a distribuição se inverte para os de *boa* situação socioeconômica, quando se verifica que 20,5 % deles apresentam desempenho *fraco* e 50,7 %, *bom* desempenho (Leite, 2001, p.86-90). A situação socioeconômica das famílias está relacionada ao desempenho das crianças nas escolas. Esse resultado é consistente com o que a literatura sobre desigualdades tem reiterado.

Tabela 1
Situação socioeconômica das famílias e desempenho dos alunos em Português

Situação Sócioeconômica	Desempenho dos Alunos em Português			TOTAL
	Ruim	Média	Boa	
Ruim	34 (46,6)	26 (35,6)	13 (17,8)	73 (100,0)
Média	30 (41,7)	25 (34,7)	17 (23,6)	72 (100,0)
Boa	13 (17,6)	20 (27,0)	41 (55,4)	74 (100,0)
TOTAL	77 (35,2)	71 (32,4)	71 (32,4)	219 (100,0)

Fonte: Dados da pesquisa Descentralização, eficiência e equidade no ensino fundamental, Escola de Governo/FJP; FAPEMIG, 1999.

Tabela 2
Situação socioeconômica das famílias e desempenho dos alunos em Matemática

Situação Sócioeconômica	Desempenho dos Alunos em Matemática			TOTAL
	Ruim	Média	Boa	
Ruim	44 (58,7)	27 (36,0)	4 (5,3)	75 (100,0)
Média	26 (36,1)	22 (30,6)	24 (33,3)	72 (100,0)
Boa	15 (20,5)	21 (28,8)	37 (50,7)	73 (100,0)
TOTAL	85 (38,6)	70 (31,8)	65 (29,6)	220 (100,0)

Fonte: Dados da pesquisa Descentralização, eficiência e equidade no ensino fundamental, Escola de Governo/FJP; FAPEMIG, 1999.

As condições físicas das escolas e a situação socioeconômica das famílias

Uma possibilidade para se alterar o quadro de reprodução dos mecanismos de desigualdades seria a adoção de políticas que direcionassem mais recursos públicos para as escolas que atendem alunos de condições socioeconômicas desfavoráveis. No caso específico que se está examinando aqui, uma política pública comprometida com a redução das desigualdades poderia se manifestar em ter escolas melhor aparelhadas sob o ponto de vista físico para atender crianças provenientes de famílias em condições socioeconômicas *baixas*.

Os resultados da pesquisa indicam que os alunos que obtiveram as piores médias de desempenho escolar estão em instituições que, de uma maneira geral, apresentam situação *média* ou *boa* nos índices analisados (condições do prédio, estado das salas de aula, existência de equipamentos indispensáveis para o aprendizado e condições físicas do prédio das escolas). A partir do exame desses dados não se pode afirmar que as condições físicas do estabelecimento interferem diretamente no desempenho dos alunos (Leite, 2001, p.93).

Entretanto, quando se considera a situação socioeconômica e o desempenho escolar das crianças tem-se que as escolas da amostra com maior porcentagem de alunos provenientes de situação socioeconômica *baixa* apresentam os piores resultados de desempenho escolar. A distribuição das notas médias, através das quais pode-se aferir o rendimento escolar dos alunos, indica que a composição socioeconômica do alunado é o que está mais associado às médias registradas em cada escola; já as condições físicas não seguem padrão determinado (Leite, 2001, p. 90-95).

Tabela 3
Índices de condições físicas das escolas e média de desempenho dos alunos

Nome da Escola	Rede de Ensino	Município	IESA	IECP	IEDE	ICFE	SSE (*) Baixa	Nota Média	Nota Média
							(% alunos)	Português	Matemática
E. UM	Municipal	Montes Claros	15,0	21,0	3,0	39,0	42,1	13,9	14,1
E. DOIS	Municipal	Montes Claros	14,0	21,0	6,0	41,0	20,0	24,3	19,9
E. TRÊS	Municipal	Montes Claros	17,0	26,0	8,0	51,0	39,1	21,1	17,8
E. QUATRO	Estadual	Montes Claros	15,0	21,0	3,0	39,0	23,8	20,3	17,7
E. CINCO	Estadual	Montes Claros	15,0	22,0	7,0	44,0	4,2	30,1	21,5
E. SEIS	Estadual	Montes Claros	15,0	20,0	4,0	39,0	0,0	30,0	23,0
E. SETE	Municipal	Januária	15,0	23,0	7,0	45,0	87,5	11,1	11,1
E. OITO	Municipal	Januária	17,0	21,0	5,0	43,0	83,3	17,6	12,8
E. NOVE	Municipal	Januária	8,0	12,0	0,0	20,0	80,0	18,7	15,0
E. DEZ	Estadual	Januária	12,0	18,0	4,0	34,0	12,5	24,6	20,6
E. ONZE	Estadual	Januária	14,0	19,0	7,0	40,0	43,5	13,1	14,3
E. DOZE	Estadual	Januária	16,0	20,0	6,0	42,0	50,0	15,7	13,4

Fonte: Dados da pesquisa Descentralização, eficiência e equidade, Escola de Governo/FJP; FAPEMIG, 1999.

(*) Situação socioeconômica das famílias.

IESA – índice do estado de conservação das salas de aula; IECF – índice do estado de conservação dos prédios; IEDE – índice dos equipamentos disponíveis; ICFE – índice das condições físicas das escolas

Na tabela 3 encontram-se sintetizados os resultados sobre características físicas das escolas, a proporção de crianças oriundas de famílias com situação socioeconômica *baixa* e as notas obtidas pelas crianças nos testes, em cada escola. De acordo com a tabela 3, verifica-se que as médias mais baixas são apresentadas pelas escolas SETE, ONZE, UM, OITO e DOZE. Com relação às condições físicas das escolas (IECF, IESA e IEDE), os alunos que obtiveram as piores médias de desempenho escolar estão em instituições que, de uma maneira geral, apresentam situação *média* ou *boa* nos índices analisados; apenas a Escola ONZE está classificada como *ruim* quanto às condições das salas de aula e do prédio onde funciona, mas apresenta situação *boa* no que se refere aos equipamentos disponíveis. Mas as quatro escolas têm uma composição socioeconômica dos alunos em que predominam os provenientes de famílias em situação *boa* ou *média*.

A gestão escolar e o desenvolvimento do projeto pedagógico da escola

Para se verificar como estão ocorrendo essas mudanças dentro das escolas da amostra pesquisada, foram construídos índices utilizando-se dados obtidos através dos Questionários dos Diretores: *índice das deficiências das escolas*, elaborado a partir da percepção do diretor sobre os obstáculos ou dificuldades que a escola enfrenta e que poderiam interferir no desenvolvimento do projeto pedagógico da instituição. Este índice incorpora várias dimensões, desde a falta de material didático básico até a adoção de Parâmetros Curriculares Nacionais; *índice da direção centrada em aspectos pedagógicos*, elaborado a partir dos aspectos indicados pela diretora sobre sua atuação e a importância atribuída por ela ao projeto pedagógico da escola. O índice incorpora nível de apoio e motivação dispensada aos professores, envolvimento com a seleção de itens programáticos e curriculares, interesse na avaliação dos alunos; *índice dos equipamentos pedagógicos auxiliares*, que indica a situação da escola com relação à disponibilidade de espaços específicos equipados adequadamente com o objetivo de auxiliar o desenvolvimento do processo de aprendizagem, tais como laboratório de ciências, laboratório de computação, salas especiais, biblioteca central.

Com relação ao modelo de gestão escolar, embora nenhuma das escolas apresente classificação muito baixa com relação a este aspecto, os dados indicam que os diretores deveriam ser mais envolvidos com a implementação de projetos pedagógicos, nos dois municípios. Das doze instituições selecionadas para a pesquisa, nenhuma delas obteve a pontuação máxima, de acordo com as faixas de referência definidas pelo *índice de direção centrada em aspectos pedagógicos*: numa escala de 0 a 18, a escola melhor classificada obteve 14 pontos e as piores classificadas, obtiveram 9 pontos.

Quanto ao *índice de equipamentos pedagógicos auxiliares disponíveis*, os dados mostram que, ao contrário da maioria das vezes em que se compara o desempenho dos dois municípios aqui analisados, as escolas de Januária estão melhor classificadas, dentre as doze escolas da amostra, seis estão neste município, sendo que dentre elas, cinco estão classificadas como *médias* ou *boas*, estando numa faixa entre 4 e 7 pontos numa escala de 0 a 8.

O perfil dos docentes e o desenvolvimento da aprendizagem nas escolas

Com a promulgação da LDB/96, o modelo educacional brasileiro passaria a se pautar por propostas que, dentre outras, visariam a (re)organização da escola. Um dos fatores considerado fundamental para a introdução desse novo modelo seria o investimento na formação e melhoria das condições de trabalho dos professores.

Carvalho e Garrido (1999) afirmam que o novo papel reservado ao professor, deveria ser o de “refletir sobre a própria prática, problematizando-a, distinguindo as suas dificuldades, sugerindo hipóteses de solução, testando-as, procurando as razões subjacentes às suas ações, observando a reação do alunos verificando como aprendem” (Carvalho e Garrido, 1999, p. 150). Sendo assim, a produção do conhecimento seria deslocada para a sala de aula, onde os valores individuais do aluno e as características culturais do seu meio de origem seriam considerados. Para tanto, a renovação exigiria uma mudança significativa do nível de formação e de identidade profissional dos professores para que estivessem melhor preparados para exercerem sua autonomia em sala de aula e maior controle sobre suas condições de trabalho. Ao professor caberia explorar a potencialidade dos seus alunos e tentar minimizar as diferenças cognitivas existentes, utilizando-se não só de novas técnicas pedagógicas adquiridas em treinamentos e programas de capacitação, como também da sua própria criatividade.

O nível de preparo do corpo docente que atua nas escolas públicas de ensino fundamental pode ser verificado através da análise dos resultados dos índices elaborados com as informações obtidas nos questionários respondidos pelos professores das classes pesquisadas. O *Índice do Perfil do Professor* (IPP), construído a partir de dados sobre o nível de escolaridade do professor, o seu tempo de atuação na escola pesquisada (em número de anos), o tempo em que leciona na quarta série (série analisada na pesquisa), o número de horas diárias de trabalho remunerado, indica que nenhuma das escolas da amostra pesquisada atingiu a pontuação máxima, ou seja, 13 pontos. Percebe-se que as escolas da amostra apresentam, em sua maioria, condições pouco satisfatórias com relação ao perfil dos professores, pois apenas quatro delas foram consideradas *boas* em um total de doze escolas, sendo que seis delas, ou seja, 50% da amostra, estão classificadas como *ruins*.

As técnicas pedagógicas utilizadas pelos professores em sala de aula são ferramentas importantes no processo do desenvolvimento da aprendizagem com qualidade. O *Índice das técnicas utilizadas em sala de aula* (ITU) indica a frequência com que são utilizadas determinadas técnicas pedagógicas nas atividades desenvolvidas em sala de aula e foi elaborado a partir das informações obtidas através do Questionário do Professor quanto a frequência da utilização de aulas expositivas, correção de exercícios no quadro negro, discussão ou debate com alunos, proposta para trabalho individual dos alunos, proposta para trabalho em grupo. Os dados obtidos mostram que, de uma maneira geral, as escolas pesquisadas apresentam situação satisfatória com relação a esse aspecto, uma vez a pontuação das escolas melhor e pior classificadas é de apenas 3 pontos (numa escala de 0 a 10, a pior classificada obteve 7 pontos; três obtiveram nota máxima; cinco delas obtiveram 9 pontos e três, 8 pontos).

Já o *Índice da Atenção Pedagógica dispensada pelos professores* - (IAPP), construído também com base nos dados obtidos através dos Questionários dos Professores apresenta a situação da atenção pedagógica dispensada aos alunos pelas escolas. Os dados utilizados na construção do IAPP se referem à existência ou não de programas desenvolvidos na escola com a finalidade de oferecer algum acompanhamento especial para crianças com desempenho fraco, aulas extras fora do horário escolar para as crianças com dificuldade de aprendizagem; o índice também utiliza informações sobre treinamento e capacitação dos professores e a frequência com que esses Programas de Capacitação são oferecidos. Os dados do IAPP mostram que apenas uma escola, dentre as doze aqui analisadas, é bastante comprometida com esse aspecto tendo obtido a pontuação máxima, ou seja 12 pontos. A segunda escola melhor classificada obteve 10 pontos (numa escala de 0 a 12) enquanto a instituição considerada como menos comprometida com a atenção pedagógica dispensada aos alunos, obteve apenas 2 pontos. É importante salientar que as três escolas melhores classificadas estão

situadas no município de Montes Claros, embora hajam escolas da amostra consideradas *ruins* no mesmo município. Os dados revelam uma variação considerável entre a pontuação das doze escolas analisadas: enquanto as melhores classificadas obtiveram 12 e 10 pontos respectivamente, três escolas obtiveram 4 pontos, três obtiveram 3 pontos e uma obteve 2 pontos.

A partir da análise do *Índice do Desenvolvimento da Aprendizagem (IDA)*, elaborado com base nas informações sobre o número de horas semanais usadas para a leitura em sala de aula, a proporção de alunos da classe que possuem o livro texto, a frequência com que os livros-texto são utilizados, o número de horas semanais usadas para a leitura de livros não didáticos durante o período escolar, o número de horas semanais usadas para exercícios práticos de Matemática e o número de horas utilizadas, em sala de aula, para a correção dos exercícios dos alunos, verifica-se que nenhuma das escolas da amostra obteve a pontuação máxima, ou seja, 16 pontos. O índice revela uma situação relativamente similar com relação ao tempo destinado pelos professores das escolas pesquisadas ao desenvolvimento da aprendizagem em sala de aula, uma vez que, embora nenhuma delas tenha obtido os 16 pontos máximos, a diferença entre a pontuação da melhor e das piores escolas classificadas é de 4 pontos. Com relação a esse aspecto, as três escolas melhor classificadas estão situadas em Montes Claros (a instituição considerada como a que apresenta o melhor índice de desenvolvimento da aprendizagem obteve 12 pontos seguida por outras duas, que obtiveram 10 pontos). Mesmo não havendo variações consideráveis entre a pontuação da melhor e da pior escola, as três piores classificadas, com 6 pontos, situam-se no município de Januária, situação que reitera o que a literatura vem afirmando: certas desigualdades tendem a se sobrepor, ou seja, aquelas escolas situadas no município de piores condições socioeconômicas também oferecem atendimento menos qualificado à sua população

Outro índice utilizado foi o *Índice da Gestão centrada em Dimensões Pedagógicas (IGDP)*, construído a partir de dados sobre a percepção do professor com relação aos aspectos da organização escolar consideradas como suporte para que o seu trabalho se desenvolva de maneira adequada, a fim de garantir o bom desempenho do aluno. Para tanto, foram utilizados os seguintes indicadores: quantidade de professores da escola que têm procurado mudar sua prática de ensino ajustando-a ao novo modelo educacional (que aceita a pluralidade pedagógica com o objetivo de incorporar a diversidade socioeconômica e cultural dos alunos), o nível do suporte dado pela biblioteca da escola ao trabalho do professor, a existência ou não de uma avaliação do trabalho docente pela direção da escola e pela Secretaria de Educação (estadual ou municipal dependendo da rede de ensino à qual a escola é vinculada), planejamento das aulas elaborado de forma integrada com o trabalho de outros professores que atuam na mesma turma. O IGDP revela uma situação bastante satisfatória das escolas da amostra com relação ao suporte pedagógico oferecido para que o desenvolvimento das atividades dos professores resulte em bom desempenho dos alunos: a escala de pontuação deste índice varia de 0 a 6 pontos e o que se verifica, é que as escolas piores classificadas obtiveram 4 pontos sendo, portanto, muito pequena a variação entre a pontuação das melhores e das piores classificadas. Desta forma, dentre as doze escolas pesquisadas, duas obtiveram a pontuação máxima (6 pontos); cinco obtiveram 5 pontos e cinco obtiveram 4 pontos.

Condições socioeconômicas das famílias e desempenho escolar

A literatura tem destacado a situação socioeconômica das famílias como um dos fatores mais diretamente relacionados ao desempenho escolar das crianças. (Leite, 2001, p.107).

A associação entre condição socioeconômica e cultural e o rendimento escolar das crianças indicam que os fatores extra-escolares exercem um papel importante sobre o

rendimento. Contudo é necessário também examinar como estão distribuídos os alunos nas escolas, segundo suas características familiares, e se as unidades escolares que recebem alunos de famílias em desvantagem socioeconômica e cultural adotam procedimentos pedagógicos adequados ou têm uma gestão atenta às maiores dificuldades de aprendizagem que eles possam apresentar. Uma aproximação possível seria através do exame dos cruzamentos de variáveis socioeconômicas com aquelas relacionadas às dimensões intra-escolares.

A análise dos resultados obtidos pelos cruzamentos das informações sobre a situação socioeconômica das famílias das crianças da amostra e os índices relacionados à dimensão intra-escolar (aspectos da gestão escolar, equipamentos disponíveis nas escolas, nível de apoio pedagógico oferecido pelas instituições pesquisadas, perfil dos professores que nelas atuam, as técnicas pedagógicas por eles utilizadas em sala de aula) e o desempenho dos alunos indicam que cerca de 37% das crianças de situação socioeconômica *baixa* estão em escolas consideradas como apresentando alta deficiência, uma vez que enfrentam obstáculos que interferem no desenvolvimento do programa pedagógico previsto, enquanto apenas 8,8% dos alunos aqui definidos como provenientes de famílias de situação socioeconômica *boa* frequentam escolas classificadas como muito deficientes. No entanto, os dados não indicam uma concentração de crianças de situação socioeconômica *baixa* nas piores escolas, estando 39,0% delas em escolas consideradas médias e 24,6% em escolas consideradas pouco deficientes.

Os alunos de situação socioeconômica *baixa* estão distribuídos em números bastante próximos entre as escolas que contam com equipamentos pedagógicos *ruim*, *médio* e *bom*, estando 27,4% deles em escolas *ruins*, 37,6% em escolas *médias* e 35% em escolas *boas*; o mesmo ocorre com as crianças provenientes de famílias de situação socioeconômica *boa* (35,5% em escolas *ruins*; 39,2% em escolas *médias* e 25,3% em escolas *boas*). As escolas melhores classificadas atendem uma média de 10% a mais de crianças de situação socioeconômica *baixa* com relação às de situação socioeconômica *boa*.

No que diz respeito ao apoio pedagógico oferecido pelas escolas e o desempenho dos alunos em Português, o que se constatou através dos dados obtidos é que 45% dos alunos que estão em escolas com apoio pedagógico *ruim* apresentam *bom* desempenho no teste, enquanto 23% dos que têm *bom* apoio pedagógico também apresentam *bom* desempenho em Português. Tem-se, no entanto, 33,3% dos alunos com desempenho *fraco* em escolas com apoio pedagógico *ruim*, algo bastante problemático. Com relação aos testes de Matemática, as crianças que frequentam escolas consideradas como *ruins* quanto ao apoio pedagógico oferecido se encontram distribuídas em proporções muito próximas com relação aos resultados no teste de Matemática: 31,9% dos alunos apresentaram resultados de desempenho *bom*, 36,2% apresentaram desempenho *médio* e 31,9% apresentaram desempenho *fraco*. No entanto, das crianças que estão em escolas classificadas como apresentando *bom* nível de apoio pedagógico, 36% apresentaram resultado *fraco* e apenas 23% obtiveram *bom* desempenho no teste de Matemática.

Os dados dos cruzamentos e das informações entre situação socioeconômica das famílias e desempenho escolar sinalizam, pelo menos neste nível de análise, que as escolas não têm procurado fornecer o apoio pedagógico adequado para a parcela de crianças que apresentam resultados *fracos* em Português e Matemática: em torno de 11% do total da amostra foram classificadas como tendo desempenho *fraco* nas provas e estão em escolas com apoio pedagógico *ruim*. É uma constatação preocupante, pois crianças com tais características demandam uma atenção mais cuidadosa das escolas para reverter, parcialmente, as dificuldades relacionadas ao ambiente familiar.

Quanto aos professores que atuam nas escolas, têm-se que 48% das crianças provenientes de ambientes familiares desfavoráveis são atendidas por professores com perfil

inadequado (conforme a definição aqui adotada) e apenas 35% de crianças nas mesmas condições são atendidas por professores que apresentam perfil considerado adequado. Por sua vez, ao se analisar os dados relativos aos alunos oriundos de famílias de situação socioeconômica *boa*, verifica-se que 54,4% são atendidos por professores com perfil aqui definido como *ruim* e 34,2% por professores com um *bom* perfil. Os dados indicam que a presença de professores com perfil inadequado pode comprometer a possibilidade da escola suprir as necessidades de aprendizagem dos alunos, mas os dados também indicam que a presença de professor com perfil inadequado vem ocorrendo independentemente do segmento social a que os alunos pertençam.

As técnicas pedagógicas utilizadas pelo professor em sala de aula são ferramentas importantes para estimular o aprendizado e deveriam ser adotadas mais sistematicamente naquelas classes onde a maioria dos alunos apresentassem dificuldades de aprendizagem. No entanto, os dados da pesquisa revelam que 52% das crianças provenientes de situação socioeconômica *baixa* frequentam escolas consideradas *ruins* com relação às técnicas pedagógicas utilizadas em sala de aula com o objetivo de estimular o desempenho escolar, enquanto apenas 10,4% desses alunos são atendidos em escolas classificadas como *boas* quanto ao mesmo aspecto. Em contrapartida, 62% de crianças oriundas de famílias de situação socioeconômica *boa* estão em escolas consideradas *boas*, quando se avalia as técnicas utilizadas em sala de aula e somente 11,4% dos alunos de famílias de situação socioeconômica *boa* estão em escolas consideradas *ruins* sob este aspecto. Esses dados configuram um quadro bastante desfavorável quando se pretende a melhoria da qualidade do ensino público fundamental, uma vez que a situação desejável seria que as melhores escolas estivessem atendendo crianças provenientes de ambientes socioeconômicos mais baixos, cuja tendência é a de apresentar maior dificuldade de aprendizagem, pois não dispõem de recursos no ambiente familiar que os auxiliem, em casa, a enfrentar eventuais deficiências de atenção recebida da escola.

Os dados relacionados ao compromisso revelado pelas escolas com o desenvolvimento da aprendizagem dos seus alunos vão na mesma direção: instituições consideradas *ruins* quanto a esse aspecto recebem em torno de 51% de alunos provenientes de famílias de situação socioeconômica *baixa*, enquanto as escolas avaliadas como *médias* ou *boas* atendem os 49% restantes, sendo que cerca de 27% desses alunos estão em escolas classificadas como *boas*. Com relação às crianças oriundas de famílias de situação socioeconômica *boa*, apenas 7,6% delas estão em escolas *ruins*.

Os dados referentes ao cruzamento entre a situação socioeconômica das famílias e a atenção pedagógica dispensada pelos professores nas escolas mostram que 35% das crianças de situação socioeconômica *baixa* estão em escolas classificadas como *ruins*, 37,5% em escolas *médias* e 27,5% em escolas *boas*. A situação também é equilibrada quando se analisa a distribuição dos alunos provenientes de situação socioeconômica *boa* nos três níveis de escolas, estando 34,2% deles em estabelecimentos considerados *ruins*, 36,7% em escolas *médias* e 29,1% em escolas *boas*. Embora não haja concentração de crianças de situação socioeconômica *baixa* nas piores escolas, no que diz respeito à atenção pedagógica dispensada pelos professores, o inverso, situação que seria desejável, também não ocorre. Os dados sobre apoio pedagógico não revelam uma preocupação especial em propiciar a atenção escolar para as crianças que requerem que ela seja feita na escola, uma vez que, provavelmente, não a terão em suas famílias.

Quando se analisa os dados referentes ao desempenho escolar, levando-se em consideração os resultados obtidos pelas crianças nos testes, por município, têm-se que a média obtida pelos alunos do município de Montes Claros é superior a dos alunos de Januária. O máximo de pontos a ser obtido nos testes aplicados pela equipe de pesquisadores da Escola

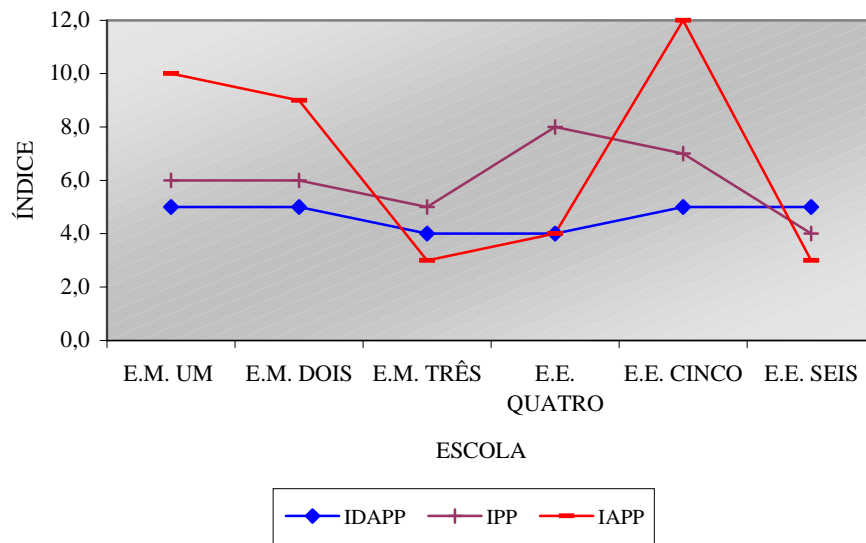
de Governo seria de 32 pontos em Português e 46 pontos em Matemática. Em Montes Claros, a média nos testes de Português foi de 23,3 e de 19,3 para o de Matemática, enquanto em Januária a média verificada nos testes de Português foi 16,8 e nos testes de Matemática foi de 14,5. A média geral obtida pelos alunos da amostra foi de 20,0 nos testes de Português e 16,9 nos testes de Matemática. Isto vai ao encontro aos dados do Índice de Condição de Vida (ICV), citado no início deste artigo e que analisa a situação econômica e educacional dos dois municípios em questão. De acordo com as análises realizadas, quando se compara os dois municípios, os indicadores educacionais e os sobre condições de vida mostram que Montes Claros, historicamente, é um município que oferece situação menos desvantajosa e uma rede de educação pública com níveis de cobertura mais aceitáveis do que Januária.

Ao serem consideradas as porcentagens de alunos de situação socioeconômica *baixa* nas escolas, em cada um dos dois municípios, os dados da pesquisa indicam que as escolas do município de Januária apresentam uma concentração mais alta de crianças nessas condições: num total de seis escolas, quatro delas apresentam entre 50% e 87,5% de sua clientela oriunda desta faixa (gráfico 2). Com relação às escolas do município de Montes Claros, as seis escolas pesquisadas apresentam porcentagens inferiores a 45% de alunos provenientes de famílias de situação socioeconômica *baixa*, sendo a Escola UM a que concentra a porcentagem mais alta de crianças de situação socioeconômica *baixa* (42,1%). A Escola SEIS (Montes Claros) não conta com crianças oriundas de famílias de situação socioeconômica *baixa* entre seus alunos e a Escola CINCO (Montes Claros) conta com apenas 4,2% de crianças provenientes deste segmento social (gráfico 4).

A associação das informações sobre o comportamento dos índices mencionados anteriormente, elaborados com base na atuação das escolas com relação às práticas pedagógicas (gráficos 1 e 3) permite verificar que a Escola SEIS e a Escola CINCO, ambas de Montes Claros, têm a menor porcentagem ou a inexistência de crianças de situação socioeconômica *baixa* e seus alunos obtiveram as melhores médias nos testes de Português e Matemática de toda a amostra (tabela 3). No entanto, o gráfico 1 mostra que a Escola SEIS apresenta situação *ruim* com relação à gestão centrada em dimensões pedagógicas (IGDP), ao perfil do professor (IPP) e à atenção dispensada pelos professores aos projetos pedagógicos (IAPP); já a Escola CINCO é considerada *ruim* com relação à gestão centrada em dimensões pedagógicas e ao perfil do seu corpo docente. Em Januária a situação se repete: a Escola DEZ, com a menor porcentagem de alunos de situação socioeconômica *baixa* (12,5%) dentre as escolas pesquisadas no município, apresenta as melhores médias nos testes de Português e Matemática, estando classificada em terceiro lugar da amostra com relação ao desempenho escolar (ver tabela 3). Já a Escola TRÊS (Montes Claros), considerada a melhor escola de toda a amostra quanto às condições físicas do prédio (IECP), gestão centrada em dimensões pedagógicas (IGDP) e apoio pedagógico oferecido aos alunos com dificuldade de aprendizagem (IAPP), apresenta a quinta colocação com relação ao desempenho dos alunos em Português e Matemática (tabela 3); verifica-se que 39,1% de seus alunos são provenientes de famílias de situação socioeconômica *baixa*, sendo a escola que apresenta a segunda maior porcentagem de crianças nestas condições dentre as seis escolas pesquisadas no município de Montes Claros.

Desse modo pode-se constatar que a situação socioeconômica dos alunos é a variável que se mostra mais consistentemente relacionada ao desempenho escolar. As condições físicas da escola, o apoio pedagógico, direção centrada em aspectos pedagógicos e o perfil dos professores não obedecem a um padrão determinado, mas também não estariam compensando ambientes familiares desfavoráveis.

Gráfico 1
**Comportamento dos índices pedagógicos para as escolas
 Montes Claros**



Fonte: Dados de pesquisa Descentralização, eficiência e equidade, Escola de Governo/FJP; FAPEMIG, 1999.

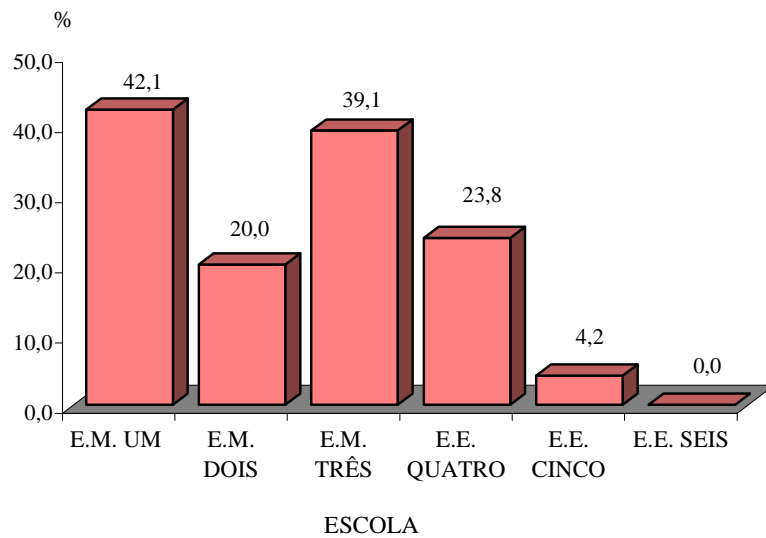
IGPD – índice da gestão centrada em dimensões pedagógicas/questionário professor.

(escala de 0 a 6); IPP – índice do perfil dos professores das escolas (escalas de 0 a 13); IAPP – índice de atenção pedagógica dispensada pelo professor/questionário professor (escala de 0 a 12).

Legenda: E.M.: Escola Municipal

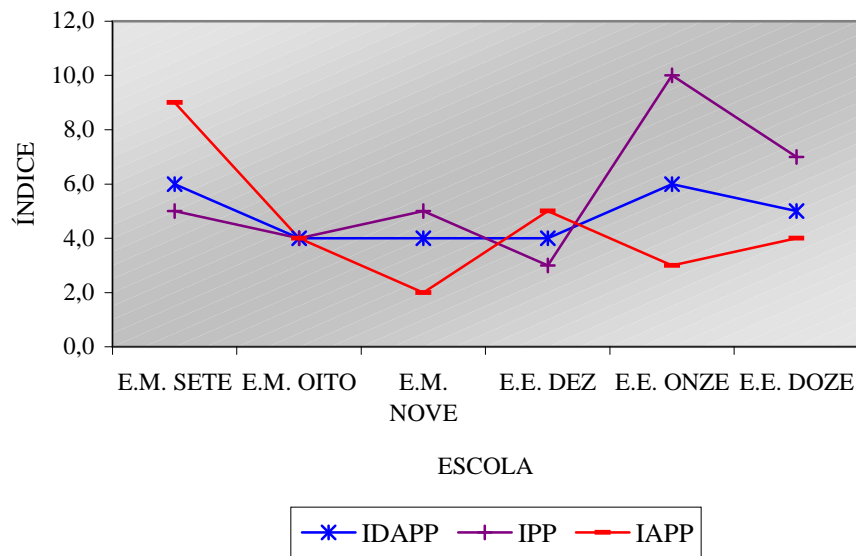
E.E.: Escola Estadual

Gráfico 2
**Porcentagem de alunos de situação socioeconômica baixa nas escolas
 Montes Claros**



Fonte: Dados da pesquisa Descentralização, eficiência e equidade, Escola de Governo,/FJP; FAPEMIG,1999.

GRÁFICO 3
Comportamento dos índices pedagógicos para as escolas
Januária



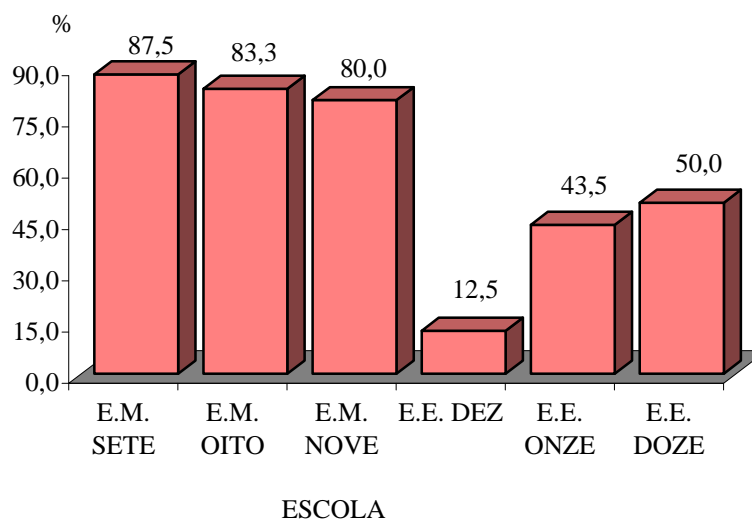
Fonte: Dados da pesquisa Descentralização, eficiência e equidade, Escola de Governo/FJP; FAPEMIG, 1999

IGPD - índice da gestão centrada em dimensões pedagógicas / questionário professor (escala de 0 a 6); IPP - índice do perfil dos professores das escolas (escala de 0 a 13); IAPP - índice de atenção pedagógica dispensada pelo professor/questionário professor (escala de 0 a 12)

Legenda: E.M.: Escola Municipal

E.E.: Escola Estadual

Gráfico 4
Porcentagem de alunos de situação socioeconômica baixa nas escolas
Januária



Fonte: Dados da pesquisa Descentralização, eficiência e equidade, Escola de Governo,/FJP; FAPEMIG,1999.

A situação mais adequada para reduzir desigualdades e exclusão seria aquela que indicasse que alunos provenientes de ambiente socioeconômico e cultural desfavorável estariam sendo atendidos em escolas que apresentassem boa estrutura física, apoio pedagógico condizente com as necessidades das crianças, gestão escolar centrada em aspectos pedagógicos e professores que apresentassem perfil adequado para o desempenho do papel a ele reservado nesse novo contexto educacional.

As escolas da amostra apresentam diferenças importantes para lidar com a diversidade socioeconômica e cultural das crianças. Em Montes Claros as escolas pesquisadas revelam, de uma maneira geral, condições físicas e modelo de gestão razoáveis, mas o atendimento diferenciado aos alunos com dificuldade de aprendizagem, indicado pelo IAPP, situa-se em geral no nível *médio*. Quanto ao corpo docente, os dados do *índice do perfil do professor* (IPP) mostram que tais escolas apresentam situação pouco satisfatória, pois das instituições pesquisadas em Montes Claros, duas foram consideradas *ruins*, duas foram consideradas *médias* e apenas duas estão em *boas* condições para atender, adequadamente, à diversidade socioeconômica e cultural dos alunos. A Escola DOIS oferece boas condições para lidar com crianças provenientes de ambientes desfavoráveis e fornecer os meios para o bom aproveitamento escolar; no entanto, o gráfico 2 mostra que apenas 20% de sua clientela constitui-se de crianças oriundas de situação socioeconômica *baixa*. Já a Escola TRÊS, que também apresenta estrutura física e pedagógica adequadas ao atendimento de alunos provenientes de situação desfavorável, conta com 39,1% de crianças nessas condições (a segunda porcentagem mais alta de crianças de situação socioeconômica *baixa* dentre as escolas de Montes Claros) estando, portanto, em consonância com o que se espera como padrão adequado de interação entre características da escola e a diversidade socioeconômica e cultural das crianças.

Em Januária a situação é preocupante: o município apresenta as escolas com maior porcentagem de crianças de situação socioeconômica *baixa* de toda a amostra (quatro das seis escolas pesquisadas no município apresentam entre 50% e 87,5% de seus alunos nesta condição). No entanto, as condições de atendimento pedagógico dessas escolas deixam a desejar; apenas a Escola OITO, com 83,3% de alunos de situação socioeconômica *baixa*, apresenta situação mais favorável, embora esteja classificada como *ruim* quanto ao preparo do

seu corpo docente: *o índice do perfil do professor (IPP)* a classifica como *ruim* com relação a esse aspecto. A Escola NOVE (80,0% de crianças de situação socioeconômica *baixa*) apresenta estrutura física do prédio, apoio pedagógico, gestão escolar e perfil do professor considerados de condições *ruins*. A Escola SETE apresenta a porcentagem mais elevada de crianças provenientes de situação desfavorável de toda a amostra, oferece *boa* condição física e apoio pedagógico razoável; no entanto, as condições intra-escolares favoráveis não se manifestam nos resultados dos testes aplicados nas crianças. É evidente que esta escola necessitaria ampliar seus esforços pedagógicos para atender uma clientela em situação tão problemática como a observada.

A constatação mais geral é que nem sempre as crianças de situação desfavorável estão nas melhores escolas quanto aos aspectos físicos e pedagógicos, e à oferta de ações sistemáticas para contrabalançar efeitos negativos de inserção sócio-cultural desfavorável, o que sinaliza que as escolas públicas de ensino fundamental ainda estão muito aquém do que delas se esperaria para lidar com a diversidade socioeconômica e cultural das crianças. Assim, mesmo que não se possa afirmar que o círculo perverso da desigualdade e da exclusão esteja se reproduzindo de forma sistemática, também não se pode afirmar que ele esteja sendo rompido por práticas intra-escolares e atenção do poder público claramente demandadas por este objetivo.

Considerações finais

Neste artigo foram examinadas algumas das conexões estabelecidas na literatura especializada entre desigualdades socioeconômicas e culturais e o desempenho das crianças no sistema educacional e o papel a ser desempenhado pela instituição escolar para reduzir ou contrabalançar os efeitos do ambiente familiar sobre as possibilidades de acesso e aproveitamento das oportunidades educacionais.

A instituição escolar estaria operando na direção de contrabalançar os efeitos perversos de uma origem socioeconômica desvantajosa, caso ela estivesse direcionando os seus melhores recursos materiais e humanos para atender aos alunos que dela dependem totalmente para avançar no processo de escolarização

A análise dos dados aqui utilizados revelou que, apesar de não haver a situação de só se ter escolas boas para alunos de origem socioeconômica mais alta, não se percebe claramente que as instituições de ensino consideradas como melhores estejam atendendo crianças provenientes de ambientes familiares em desvantagem. Daí, o que se pode concluir preliminarmente, é que as políticas educacionais públicas não estão focalizadas na tentativa de reverter o padrão de exclusão e desigualdade.

É evidente que a análise teria que incorporar outras dimensões e ser efetuada com o corte longitudinal para um exame pormenorizado dos efeitos independentes das práticas escolares sobre o desempenho. Um estudo longitudinal que permitisse, por exemplo, medir o diferencial produzido pelo estabelecimento escolar a partir do momento em que a criança a ele tem acesso. Mas as indicações obtidas até aqui podem ser sinalizações importantes para que o poder público invista mais, humano e materialmente, em escolas que atendem clientela em situação socioeconômica desvantajosa.

Referências bibliográficas

Condições de vida nos municípios de Minas Gerais 1970-1980-1991. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro (FJP); Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), 1996.

FORQUIN, Jean Claude. *Sociologia da Educação: dez anos de pesquisa*. Petrópolis: Vozes, 1995.

- GARRIDO, Elsa e CARVALHO, Anna Maria P. “Reflexão sobre a prática e qualificação da formação inicial docente” in: *Formação de Professores, práticas de ensino*. Cadernos de Pesquisa. Fundação Carlos Chagas, n. 107, p. 149-168, jul./1996.
- JONHSON, R. A. e WICHERN, D.W. *Applied multivariate statistical analysis*. 4 ed. New Jersey: Prentice Hall Inc., 1998.
- LEITE, Maria Ruth Siffert Diniz T. *A interação entre a instituição pública de ensino fundamental e a diversidade socioeconômica e cultural das crianças*. Dissertação de mestrado. Belo Horizonte: Escola de Governo/Fundação João Pinheiro, abr., 2001.
- PERRENOUD, Philippe. “Profissionalização do professor e desenvolvimento de ciclos e aprendizagem”. Tradução: Rezende, Neide L. in: *Administração da educação*. Cadernos de Pesquisa. Fundação Carlos Chagas, n. 108, p. 7-26, nov./ 1999.
- VEIGA, Laura e BARBOSA, Maria Lígia. “Os impactos e os limites das políticas educacionais” in: *Teoria e sociedade*. Belo Horizonte: UFMG, n. 2, p. 9-38, dez./1997.
- VEIGA, Laura et al. *A política educacional estadual e seus efeitos no contexto escolar*. Relatório de pesquisa. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, mar./2000.

Legislação pesquisada:

- BRASIL, Constituição da República Federativa. **Diário Oficial da União**. Brasília: nº 191- Seção A, 5 de outubro de 1988.
- BRASIL, Emenda Constitucional nº 14. Modifica os artigos 34, 208, 211 e 212 da Constituição Federal e dá nova redação ao artigo 60 das Disposições Transitórias. **Diário Oficial da União**. Brasília: n. 179, Seção I, 13 de setembro de 1996.
- BRASIL, Lei nº 9394 de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação nacional (LDB/96). **Diário Oficial da União**. Brasília: nº 248, 23 de dezembro de 1996
- BRASIL, Lei nº 9424 de 24 de dezembro de 1996. Dispõe sobre o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério, na forma prevista no art. 60, 7º parágrafo do Ato das Disposições Constitucionais Transitória e dá outras providências. **Diário Oficial da União**. Brasília: nº 250, 26 de dezembro de 1996.

ⁱ A base empírica do trabalho é a pesquisa *Descentralização, eficiência e equidade no ensino fundamental*, desenvolvida pela Escola de Governo da Fundação João Pinheiro, de Belo Horizonte (MG) e financiada pela Fundação de Amparo à Pesquisa de Minas Gerais (FAPEMIG), realizada em cinco municípios mineiros: Belo Horizonte, Contagem, Montes Claros, Januária e Almenara. Os dados aqui utilizados são os coletados em Montes Claros e Januária, entre outubro de 1999 e fevereiro de 2000. Os municípios de Montes Claros e Januária foram escolhidos para serem analisados por estarem situados em uma das regiões menos desenvolvidas de Minas Gerais (Região VIII de Planejamento – Norte de Minas) e por apresentarem, embora pertencendo à mesma região, características socioeconômicas, culturais e educacionais diferenciadas, possibilitando as comparações entre ambos.

ⁱⁱ As escolas selecionadas como amostra da pesquisa obedeceram aos critérios de contemplar instituições das redes estadual e municipal em cada um dos municípios (três da rede estadual e três da rede municipal), totalizando doze escolas, e que atendem clientela diferenciadas quanto às condições socioeconômicas e culturais. Com o objetivo de se preservar a identidade das escolas pesquisadas, serão aqui utilizados nomes fictícios.

iii ICV – ÍNDICE DE CONDIÇÕES DE VIDA -Composto por quatorze indicadores agrupados em quatro blocos básicos: saúde, educação, criança e renda. Visa captar, de forma abrangente, o processo de desenvolvimento social. Transforma os diversos indicadores em índices cujos valores variem entre zero e um de tal forma que valores mais elevados indiquem melhores condições de vida. *ICV – Educação (ICV- E)* -um dos quatro blocos de indicadores do ICV.É o índice que mede o nível de escolaridade da população a partir do conceito de número de anos de estudo: número de séries completadas pelo indivíduo, identificando-se a última série e grau escolar concluído com aprovação. (Condições de Vida nos municípios de Minas Gerais - 1970-1980-1991, FJP; IPEA, 1996).

iv Foram utilizados 5 (cinco) tipos de questionários para a coleta de dados sobre a situação educacional e o contexto familiar dos alunos nos municípios pesquisados: Questionário do Diretor, Questionário dos Familiares, Questionário do Professor, Questionário do Assistente de Pesquisa e a Ficha do Aluno (Leite, 2001, p. 56).

v O índice da situação socioeconômica dos alunos foi elaborado através da técnica de Análise de Componentes Principais (Johnson e Wichern, 1998). Esta técnica tem como objetivo explicar a estrutura de variância e covariância de um vetor aleatório, composto de p variáveis aleatórias, através da construção de combinações lineares das p variáveis originais. Estas combinações lineares são chamadas de “Componentes Principais” e são não correlacionadas. Em geral, deseja-se obter “redução do número de variáveis a serem avaliadas e interpretação das combinações lineares construídas”, ou seja, a informação contida nas p variáveis originais é substituída pela informação contida em k ($k \leq p$) componentes principais não correlacionadas. Desta forma, o sistema de variabilidade do vetor aleatório composto das p variáveis originais é aproximado pelo sistema de variabilidade do vetor aleatório que contém as k componentes principais. Quando a distribuição de probabilidades do vetor aleatório em estudo é normal p -variada, as componentes principais além de não correlacionadas são também independentes. Entretanto, a suposição de normalidade dos dados não é necessária para que se aplique a Análise de Componentes Principais (Mingoti,1997). O índice da situação socioeconômica dos alunos foi criado a partir da Análise de Componentes Principais através da criação de combinações lineares das variáveis Renda da Família (FAMINC) , Escolaridade do Pai (PAYRSK) e Escolaridade da Mãe (MAYRSKL) . A análise de componentes principais foi feita através da matriz de correlação destas variáveis. O índice da situação socioeconômica das famílias (ISSE) foi obtido utilizando-se a primeira componente principal e é dada por: $ISSE = 0,587 \text{ PAYRSKL}^* + 0,575 \text{ MAYRSKL}^* + 0,570 \text{ FAMINC}^*$, onde o símbolo “*” indica que as variáveis utilizadas foram padronizadas subtraindo-se a média e dividindo-se pelo desvio padrão.

Autoras:

Maria Ruth Siffert Diniz Teixeira Leite

Mestre em Administração Pública – área de concentração: gestão de políticas sociais
Grupo de pesquisa em Educação – Escola de Governo/Fundação João Pinheiro.
Belo Horizonte/MG, set. 2002

Vanda Catarina Duarte

Mestre em Administração Pública – área de concentração: gestão de políticas sociais
Grupo de pesquisa em Educação – Escola de Governo/Fundação João Pinheiro.
Belo Horizonte/MG, set. 2002

Trabalho apresentado no XXVI Encontro Nacional da Associação de Pos-graduados em Administração – ENANPAD, área de Políticas Públicas (POP).
Salvador (BA), 23 de setembro de 2002